

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

ATA NÚMERO DOZE-----

(Mandato 2021-2025)-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três reuniu, nas instalações do Grupo Sportivo Adicense, sitas na Rua de São Pedro, número vinte, primeiro andar, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:-----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, José Fernando de Almeida Louro e Isabel Fernanda Moura e Sá Costa.-----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Maria de Lurdes de Carvalho Vaz.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Lourenço Paour Miguel Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por Isabel Sá Costa;-----

----- Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Louro;-----

----- Jorge Manuel Madrugo Garcia, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria de Lurdes Vaz.-----

----- Às dezoito horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- Referiu que se admitiu e aceitou que a partir do início de 2023 as gravações da Assembleia não fossem meramente em contexto audio e que passassem a ser também em contexto de gravação vídeo. Essa circunstância iria ocorrer a partir da próxima reunião ordinária.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinham uma sala tão grande e não havia necessidade nenhuma de estarem os eleitos de costas voltadas para as pessoas. Que na próxima reunião tivessem isso em conta, a sala tinha todas as condições para estarem de cara virada para as pessoas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Membro Maria de Lurdes Pinheiro tinha toda a razão.-----

----- Pediu que na próxima reunião a organização da sala fosse para que todos se estivessem a ver e que os eleitos não fossem prejudicados.-----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se o Executivo tivesse oportunidade seria de imediato dada resposta às questões, caso necessitasse de outros elementos seria através da identificação e morada e depois enviada a resposta por escrito.

----- **Freguês Eduardo Galvão** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não estou em representação, mas represento a minha atividade, que se situa na Rua Terreiro do Trigo. A razão da minha vinda a esta Assembleia é para me esclarecerem em relação à situação da esplanada que nos foi retirada há um mês. -----

----- Foi-nos atribuída a esplanada no pressuposto e no seguimento de um protocolo que assinámos com a Câmara Municipal na altura do Covid, em que nos comprometemos com um empréstimo que o Governo e bem fez na altura para nos aliviar de certa maneira os nossos encargos, cumprimos com as nossas obrigações sociais. Tínhamos empregados e nessa altura aproveitámos o dinheiro que nos foi destinado pelo Governo e pelo Turismo.-----

----- Contraímos empréstimos e no seguimento disso a Junta de Freguesia e bem atribuiu-nos uns espaços em frente aos nossos espaços comerciais para podermos dar de alguma maneira continuidade a aliviarmos. Uma vez que as pessoas não entravam nos espaços, aproveitavam e sentavam-se pelo menos nas esplanadas, contribuía para nos ressarcir. Sabemos o que é que foi a pandemia, que ainda não foi dada como terminada oficialmente. -----

----- Nós contraímos esses empréstimos, admitimos pessoas para nos ajudar na esplanada e tudo andou durante estes dois anos. O empréstimo foi com período de carência de dois anos dado pelo Governo, com quatro anos para pagar, faseado. Neste momento só passaram dois e o que é que acontece? Nós contraímos esse empréstimo no pressuposto também que a esplanada contribuiria para a atividade económica.-----

----- Não foi só o empréstimo. Nós pessoalmente, como comerciantes, tivemos que investir do nosso dinheiro para sobreviver e pagar as nossas dívidas e os nossos encargos, que nunca falhámos. Neste momento sentimo-nos prejudicados porque a Junta, esta, porque há outras que não o fizeram e daí a razão da nossa dívida, retirou-nos as esplanadas. -----

----- O que é que isto pressupõe? Pressupõe que a nossa atividade foi prejudicada e vamos ter que despedir pessoas que contratámos. Daí que queríamos saber se haveria a hipótese de repensar o assunto nestes pressupostos, que nós contraímos empréstimos, temos encargos, foi-nos dada a esplanada como contrapartida e bem. Neste momento continuamos com os mesmos encargos, mas sem a esplanada, que fazia parte do nosso projeto de diluição do empréstimo.-----

----- Neste momento gostávamos de saber qual é a razão ou se há hipóteses, pagando mesmo o espaço de outra maneira, de termos à mesma, porque há outros espaços que não foi retirada a esplanada. Noutras Freguesias, não estou a falar nesta, porque eu sei, tenho colegas. Nesta foi retirada e eu gostava de saber, nós todos, que estamos aqui uns quantos comerciantes, porque nos sentimos todos de certa maneira até preocupados porque vamos ter que despedir pessoas, como é evidente. Não tem sentido.

----- O meu estabelecimento é o Alfama Rio, que é junto ali às escadinhas do Terreiro do Trigo. Todas as pessoas que aqui estão são moradores e comerciantes na Freguesia, não são só comerciantes.”-----

----- **Freguês João Cardim** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muitíssimo obrigado, primeiro que tudo, por nos darem a palavra. -----

----- Somos todos colegas, comerciantes e moradores da Freguesia, ali da Rua do Terreiro do Trigo que é uma das entradas de Alfama. É uma rua que está a desenvolver o comércio, que eu creio que é um bom postal de visita, está cuidada, os negócios estão com conceitos interessantes. -----

----- Desta forma, a minha opinião é que de facto haver espaços exteriores à saída dos restaurantes ganha a população, ganham os visitantes, ganha o desenvolvimento do comércio local. Acho que era uma iniciativa importante. -----

----- Sei que em espinha se calhar não é uma coisa tão benéfica ou tão bem planeada, mas apelo aos senhores que são entendidos do planeamento urbano em eventualmente arranjar uma solução para que tenhamos ali também esplanadas de forma mais organizada. -----

----- Eu acho mesmo que é fundamental. Há muita gente dependente e eu também concordo que era benéfico. -----

----- Sou proprietário do restaurante Fama D'Alfama, casa de fados. Obrigado." -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que em relação a essas questões não tinha comentários. -----

----- Sabia que era uma Assembleia extraordinária e no regulamento não estava previsto PAOD, mas se todos concordassem gostaria que fosse possível introduzir um ponto de um voto de pesar coletivo de toda a Assembleia pelas vítimas mortais e os feridos no incêndio da Mouraria. Seria o primeiro momento após esse incêndio e o dia certo para o fazerem, se todos estivessem de acordo e fosse unânime. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que exercendo um poder que não era habitual exercer, fazia todo o sentido e se concordassem fariam de imediato, até usando a disponibilidade de estar a sala cheia, a evocação das memórias e respeitar um minuto de silêncio. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** agradeceu as intervenções feitas e a iniciativa da Membro Sandra Gadanho, com a qual solidarizava em absoluto e que se ligava diretamente com o ponto relativamente ao qual os eleitos da CDU solicitaram o uso da palavra. -----

----- Relativamente à trágica ocorrência no edifício da Rua do Terreirinho, com as trágicas consequências de dois mortos e catorze feridos, era importante que todos fizessem tudo o que estava ao alcance para que situações como essa não voltassem a suceder na Freguesia. -----

----- A Junta de Freguesia não tinha competências de fiscalização, de âmbito policial para intervir diretamente nessas situações. No entanto, a Junta de Freguesia era um interlocutor fundamental relativamente às entidades responsáveis por essa ação. -----

----- Uma das entidades diretamente responsáveis pela fiscalização dessas situações de sobrelocação desumana que acontecia em diversas habitações da Freguesia era a ASAE. Algum tempo atrás o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Miguel Coelho, em entrevista ao Observador referia que a Junta direcionava as queixas que recebia à ASAE, mas lamentava-se à data, 6 de fevereiro, que ainda não tinha recebido qualquer resposta por parte da ASAE. -----

----- Essa situação era absolutamente gravíssima e, sem prejuízo de outras ações que os eleitos da CDU iriam empreender relativamente a essa questão, perguntava se continuava a manter-se a ausência de resposta por parte da ASAE aos contactos feitos e às denúncias feitas pelo Executivo. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que, dado estarem a questionar o Executivo, aproveitava também para pedir alguma resposta que tinha a ver com o túnel de drenagem, o grandiosíssimo estaleiro que tinham ao pé de Santa Apolónia. Na reunião pública falou-se nas mudanças do trânsito e até aí tudo bem, mas a Rua dos Remédios, para onde era canalizado todo o trânsito, parecia a via rápida. -----

----- Estava um horror e a criar muitos conflitos, que à noite aumentavam. Depois, para ajudar, há dez anos que não tinham os tuc-tuc a entrar dentro do bairro e voltaram a entrar. Se não houvesse uma fiscalização séria e correta em relação a isso teriam os tuc-tuc a percorrer as ruas do bairro, fazendo os *tour* turísticos. -----

----- A sua opinião era que se visse com a Câmara não deixar passar os tuc-tuc. Podiam dar a volta pela Feira da Ladra, podiam continuar a deixar as pessoas nas pontas e andavam a pé dentro do bairro, os tuc-tuc não tinham que entrar dentro do bairro. -----

----- Os tuc-tuc não eram o inimigo, mas criavam problemas e pedia que fosse dada informação à população sobre essas questões.-----

----- Sabia que tinha ficado marcada uma reunião para daí a seis meses e se calhar não era mau fazer-se antes, até porque havia muitos problemas e tinham que ver com a questão do lixo, o mau cheiro. Havia uma série de situações que, se não se tomavam medidas, não tardava muito que estivessem incontroláveis. Queria alertar em relação a isso.-----

----- **O Senhor Presidente das Assembleia** perguntou ao Executivo se junto da Câmara Municipal faziam pressão para regular com polícias físicos o trânsito na Infante Dom Henrique, porque tanto no horário da manhã no sentido descendente para a Câmara Municipal e para a Baixa, como no horário a partir das cinco da tarde, se não existisse uma regulação presencial ao longo do trajeto entre a Ribeira das Naus e Santa Apolónia estariam lamentavelmente um dia desses a chorar alguém que se magoou ou foi atropelado. -----

----- Não só a velocidade dos carros no Bus era excessiva, como na maior parte das vezes não existia sequer visibilidade para quem estava a fazer o atravessamento na Infante Dom Henrique. Aqueles que tinham idade para ser seus pais ou avós necessitavam de um cuidado extra de todos nessa matéria.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que não era fácil a sua posição. Percebia o problema dos comerciantes e não o rejeitava, mas também pedia que percebessem o problema de um Presidente de Junta que em última análise tinha sempre que responder perante as pessoas que moravam ali, independentemente de alguns dos senhores comerciantes serem também ali residentes.-----

----- Desde que era Presidente de Junta tinham ali um grande problema, a falta de estacionamento para os residentes e tinha uma pressão positiva no sentido de arranjar mais lugares para quem morava e não para as pessoas que visitavam. Esse era o ponto de partida de quem ali morava.-----

----- Recordava-se que quando foi eleito o Largo do Chafariz de Dentro era um parque automóvel e, não obstante uma ou outra ameaça, tinha acabado com ele. Havia pessoas sentadas na esplanada com carros em cima e tinha até assistido a mesas irem pelos ares por causa da manobra de um carro.-----

----- Era natural que fosse diferente de Junta para Junta, porque o licenciamento de uma esplanada era competência exclusiva da Junta de Freguesia e cada Junta podia adotar as suas políticas em relação ao estacionamento, que não tinham de ser iguais porque obrigatoriamente o espaço não era igual. Se tinha um passeio com um metro não era igual a uma rua nas Avenidas Novas com um passeio de três ou quatro metros. O tratamento não podia ser igual nem a resposta podia ser igual em todas as Juntas de Freguesia. Onde os passeios eram muito maiores havia mais espaço para as esplanadas e curiosamente pagavam o mesmo de licença que pagavam ali, o que era uma grande injustiça porque ali deviam pagar muito mais. Tinham 250 mil pessoas por dia e noutros locais passavam muito menos pessoas, o turismo não andava lá.-----

----- A ocupação de um lugar de estacionamento para esplanada passava em primeiro lugar pela vontade da Câmara em ter lá uma esplanada, mas a licença era sempre da Junta e apesar da Câmara disponibilizar a Junta podia não querer. Essa foi a política da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior em toda a Freguesia, que não tinha só Alfama, tinha a Mouraria, o Chiado, a Baixa, o Castelo. Não se autorizou em lado nenhum substituir estacionamento por esplanada, com exceção do Terreiro do Trigo porque se

encontrou uma compensação em lugares de estacionamento que estavam dados para cargas e descargas e ocuparam-se para esplanada durante o período da pandemia que já terminou. Já não havia nenhuma regra de exceção em relação à pandemia e até nos hospitais, tinha sido operado cerca de um mês atrás e já não o obrigaram a entrar de máscara. -----

----- Quando a Junta tinha sido sensível ao apelo dos comerciantes, havendo essa possibilidade, a Senhora Engenheira Célia Mota tinha total autonomia para gerir isso e apresentou um documento onde sabiam que era até ao fim do ano. Apresentou isso no ano anterior e no presente também, porque já prorrogaram isso mais um ano. Fizessem essa justiça, ninguém podia dizer que a Junta não fez aquilo que estava previsto, porque assinaram um documento sabendo que aquilo era uma licença provisória apenas enquanto durasse a pandemia. -----

----- Continuava a ter pressão para libertar aqueles lugares para o estacionamento. Ainda por cima com as obras do plano de drenagem foram extintos muitos lugares de estacionamento e a pressão por parte dos residentes era muito maior. -----

----- Não era uma posição fácil por parte da Junta, embora percebesse as dificuldades e às quais pudera dar uma pequena resposta, mas não tinha dado para a Mouraria, para o Chiado, para a Baixa e para o Castelo. -----

----- Estava disponível para com imaginação e também com consciencialização e boa vontade por parte dos comerciantes encontrar soluções transitórias. Não iam decidir ali, à noite era difícil, mas se por exemplo quisessem ocupar os espaços para esplanada à hora de almoço poderia fazer isso. Tinha que falar com a Engenheira Célia Mota, com os juristas. -----

----- Por exemplo na Freguesia onde morava havia esplanadas de duração limitada. À hora de almoço havia esplanada, à noite tinham que tirar as mesas que aquilo era para os residentes. Podiam discutir essa solução intermédia e durante as Jornadas Mundiais era capaz de ser útil e dar jeito. Estava disponível para encontrar uma solução dessas, mas para entregar o estacionamento noturno que tanta falta fazia, isso não podia fazer e os senhores sabiam ao que iam quando assinaram o documento para ter a esplanada até 31 de dezembro. Até era para ser antes, mas tinha mandado prorrogar e permitia até ao fim do ano. Não podia uma situação provisória e de exceção transformar-se em definitivo.

----- Se assim fosse falaria com a Engenheira Célia Mota e pediria também aos Membros do Executivo que o acompanhavam nessas matérias, a Doutora Maria João e o Doutor Ricardo Dias, sentavam-se à mesa e poderiam então encontrar uma solução, que não era a ideal para os comerciantes, mas era a menos má e sempre ajudava qualquer coisa. Estava disponível para trabalhar nesse sentido e mais que isso não podia ir, embora o Senhor que falou em segundo lugar tivesse dito uma coisa importante, que era uma questão de urbanismo. -----

----- Não queria dizer que defendesse, mas se a Câmara decidisse transformar numa rua pedonal já podia haver esplanadas para todos. Se porventura a Câmara depois de terminada a obra do plano geral de drenagem fizesse a Rua Terreiro do Trigo apenas com um sentido único para os carros darem a volta, então já haveria uma solução diferente para esse problema. Até lá não iria mais longe do que estava disponível, conversar sobre a hora de almoço, mais que isso não podia ir. -----

----- Esperava que todos compreendessem, isso não era fácil. O interesse era legítimo, mas o interesse de quem dizia não querer barulho à noite também era legítimo e se queriam pessoas a morar em Alfama, no centro histórico da cidade, tinham que lhes dar qualidade de vida. -----

----- Era sempre uma preocupação sua que Alfama e Santa Maria Maior não se podiam transformar num novo Bairro Alto. Outra questão tinha a ver com o cumprimento dos

horários, porque uma coisa era um compromisso de fechar às dez da noite, outra coisa era haver o compromisso de fechar às dez da noite mas a malta não queria saber e estava até às duas ou três das manhã. -----

----- Estava disponível para conversarem e discutirem um período da hora de almoço aceitável para todos, era uma hora de transição. Marcava-se uma reunião e procurariam encontrar o melhor consenso possível e a melhor solução. Não era do agrado de todos certamente, mas seria um ponto de encontro que podiam encontrar.-----

----- Não podia fazer mais que isso, mas os senhores assinaram um papel em que tinham consciência de ser só durante aquele período. Também não disseram o contrário, não era essa a questão, mas não foram levados ao engano. Foi tratado às claras, tinha uma total confiança na Engenheira Célia Mota, que tinha gerido muito bem esse dossier que não era fácil. -----

----- Queria também agradecer à Membro Sandra Gadanho ter proposto o voto e o minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio da Mouraria. Estava à espera que isso acontecesse numa reunião ordinária mas foi muito oportuno, ainda bem que levantou a questão. -----

----- Tinha que haver alguma prudência na forma como lidavam com esse problema. Não foi por acaso que o Senhor Presidente das República foi ao Algarve pedir desculpas em nome do povo português a um cidadão nepalês que foi agredido em plena via pública só porque era estrangeiro, era diferente. Em momentos de crise a tendência era para os fenómenos de xenofobia serem mais acentuados do que nos momentos de bonança e bem-estar. Era um País que podia estar em dificuldades nessa matéria e deveriam ter alguma prudência.-----

----- Porventura seria um milagre para os mais crentes, no seu caso infelizmente não tinha sido bafejado pela fé religiosa, mas tinha uma grande confiança nas pessoas e achava existirem mais pessoas boas do que más na sociedade e no mundo. Porventura poderia ter sido um milagre de Santa Maria Maior e de Nossa Senhora porque em nove anos foi o primeiro incêndio numa residência enquanto era Presidente da Junta e que houve mortes. Por regra os incêndios eram na zona da restauração, na zona da Baixa, tinham a ver com os exaustores. -----

----- Aproveitava para chamar à atenção dos senhores comerciantes presentes, que vissem os seus exaustores porque 90% dos incêndios começavam aí. Enviava imensas cartas para a Câmara Municipal e para os bombeiros dizendo que era preciso verificar os exaustores todos da restauração na Freguesia porque estava ali o principal perigo.---

----- Houve muita sorte em não ter ocorrido nada de semelhante até ao momento. Eram pessoas que foram para ali trabalhar, outras iam ali querendo partir para outros pontos da Europa. Nunca se podia esquecer que Portugal tinha uma diáspora, emigrantes a viver no estrangeiro que também passavam as mesmas dificuldades. Muitas vezes essas pessoas eram vítimas de exploração, não só pelos ordenados que recebiam, mas também pelas mafias que se constituíam para os explorar, constituídas por portugueses e também por cidadãos da nacionalidade deles. Organizavam-se para explorar essas pessoas no campo da habitação em jeito de dormida de cama quente.-----

----- A Junta criou um canal para as pessoas participarem alojamentos locais clandestinos e situações dessas. Infelizmente tiveram pouca receptividade, não houve muitas queixas e estava à espera de mais, porventura porque as pessoas não se sentiam bem em denunciar. Enviaram-se todas para a ASAE e para a Câmara e não houve *feedback* nenhum se fizeram ou não fiscalizações a partir da participação. Não dizia que não tivesse havido, mas não sabia. -----

----- Recentemente tinha insistido com o Senhor Presidente da Câmara e iria participar à ASAE a partir desse incêndio o funcionamento de todos os alojamentos locais em

determinada zona da Freguesia, concretamente na Mouraria, onde havia mais esse fenómeno, mesmo que estivessem legalizados. -----

----- Sobre o plano de drenagem, agradecia o interesse da Membro Maria de Lurdes Pinheiro, conversaram sobre isso. No mesmo dia havia uma reunião descentralizada do Senhor Presidente da Câmara com as Freguesias e tinha-lhe pedido atenção à Rua dos Remédios e escreveu-se uma carta.-----

----- Tinha andado nesse dia com as técnicas da Câmara, a Engenheira Ana Rita mais uma Engenheira Manuela Carpinteiro, para colocar na Rua dos Remédios moderadores de velocidade. Tinha dito que se a Câmara não punha iria pôr, mas não tinha a competência, não podia mexer nas estradas, só podia mexer nos passeios, mas à sua maneira tinha dito que punha. Disseram-lhe para não fazer isso e prometeram que o mais urgente possível iriam pôr ali limitadores de velocidade. -----

----- Pediu-lhes reforço de sinalização, proibição de circulação de tuc-tuc e veículos pesados na Rua dos Remédios, que não foi construída para veículos pesados e um dia começaria a abater porque passavam lá camiões pesados. Tinha avisado disso tudo, assim como estivera a ver o plano de circulação pedonal até Santa Apolónia, fazendo uma série de observações, que faltavam passadeiras, etc.-----

----- Teriam que dar um tempo mínimo à Câmara para instalarem os limitadores de velocidade. Se não o fizessem voltaria a fazer pressão e a cair em cima deles sobre essa matéria. -----

----- Sobre a Infante Dom Henrique tinha tomado boa nota e também teria oportunidade de solicitar à Câmara uma maior atenção nessa questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se havia anuência ao convite feito pelo Senhor Presidente da Junta para reunir ou se alguém desejava realizar uma segunda intervenção em representação de todos. Era um assunto com muito interesse na convivência entre quem residia e quem ali trabalhava e se por um lado tinham a obrigação de garantir que as pessoas tivessem descanso à noite também havia o dever de os apoiar enquanto empresários que faziam vida na Freguesia e que também conquistavam dessa forma postos de trabalho para vizinhos e vizinhas que de outra forma não o teriam. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que não tinham nada combinado e tinha feito essa proposta com grande sinceridade e sensibilidade ao problema, mas precisava da garantia que a Engenheira Célia Mota também estava presente. Ficariam com o contacto dos senhores e depois agendavam a reunião na próxima semana. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu aos serviços para recolherem os contactos e o Executivo depois coordenava uma data que fosse possível para os técnicos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** propôs a reunião para a próxima quarta-feira às 15:00 na Rua dos Remédios. -----

----- **Ponto 2 – Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento para 2023 (Proposta nº 116/2021-2025) nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, não sendo a reunião da apresentação de Contas, a Lei permitia que pudessem já aplicar uma parte do saldo de gerência que já estava apurado numa revisão orçamental, sendo depois a revisão definitiva na reunião de abril quando apresentassem as Contas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Revisão ao Orçamento para 2023 (Proposta nº 116/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD), 2 votos contra (PCPe PEV) e 1 abstenção (BE)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 – Aprovar a Estrutura Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia (Proposta nº 117/2021-2025), nos termos da alínea n) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa alteração resultava por imperativo legal. Perderam eleitores e não permitia ter três divisões, mas também ia na sequência de alguns factos ocorridos que trataram na conferência de líderes e da necessidade de fazer alguma reestruturação. Era essa a razão que enquadrava a proposta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Estrutura Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia (Proposta nº 117/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE) e 2 votos contra (PCP e PEV)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Aprovar a 1ª Revisão ao Mapa de Pessoal para 2023 (Proposta nº 118/2021-2025), nos termos da alínea m) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **1ª Revisão ao Mapa de Pessoal para 2023 (Proposta nº 118/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e BE) e 4 abstenções (CDS-PP, PSD, PCP e PEV)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 5 – Aprovar o Projeto de Regulamento de Apoios Sociais da Freguesia para submissão a consulta pública (Proposta nº 115/2021-2025), nos termos da alínea h) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse regulamento resultava de nove anos de experiência de intervenção social. Foi sugerido pelas técnicas respetivas que era necessário introduzir algumas alterações. Precisava de ir para publicação no Diário da República, para consulta pública, voltando depois à Assembleia de Freguesia para aprovação final. Era o início de um processo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Projeto de Regulamento de Apoios Sociais da Freguesia para submissão a consulta pública (Proposta nº 115/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: ---

----- *“Nós votámos este documento a favor para a submissão à consulta pública só.”*---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de momento era só em relação a essa matéria. Depois da consulta pública ser concretizada todas as iniciativas de melhoria eram avaliadas, teriam que ser aprovadas em Executivo e voltar à Assembleia de Freguesia para ser discutido e aprovado. Depois de aprovado tinha ainda que ser publicado em Diário da República, porque só dessa forma ganhava responsabilidade ou força de Lei.-----

----- **Ponto 6 – Autorizar a celebração de 26 protocolos de Colaboração Associativa e Institucional para o ano 2023 (Proposta nº 114/2021-2025), nos termos das alíneas h) a j) do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não ia votar um dos protocolos porque era Presidente de uma das associações. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que era no seguimento daquilo que faziam todos os anos, nos mesmos termos. Havia necessidade de aprovar esses protocolos para poderem imediatamente iniciar não só os pagamentos a essas entidades, que nos tempos que corriam eram urgentes, mas também tranquilizar, que não se esqueciam e que o assunto não demorava mais. -----

----- Era um investimento financeiro significativo da Junta, na totalidade 122 mil euros que eram transferidos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo com o Centro Cultural Magalhães Lima – Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Academia de Recreio Artístico – Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo do Castelo - Colaboração institucional mais a cedência do wc**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo da Mouraria, - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo “Gente Nova” - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Sociedade Boa União - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Membro José Louro não participou nesta votação, visto fazer parte dos órgãos sociais)-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Sportivo Adicense - Colaboração institucional mais gestão do elevador**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Tijolense Atlético Clube - Colaboração institucional mais pesca desportiva**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Casa do Concelho da Pampilhosa da Serra - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Casa do Concelho de Lafões - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Cooperativa de Teatro “Da Garagem” - Colaboração institucional mais “Saber Maior”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Associação Casa da Achada - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Associação “Renovar a Mouraria” – Colaboração institucional mais gestão de instalações**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Sociedade Histórica “Independência de Portugal, - Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Sportivo Adicense – Projeto de escola desportiva**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

---- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo do Castelo – Gestão**

da cabine de leitura do recolhimento, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo da Mouraria – Escola de Fado**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Academia de Recreio Artístico – Projeto de teatro mais futsal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Obra Social das Irmãs Oblatas – Combate à prostituição**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Associação “Mais Proximidade Melhor Vida” – Apoio à Terceira Idade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Associação Casa da Achada – Apoio à “Saber Maior”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com a Associação Património e População de Alfama – Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- (Não participou nesta votação a Membro Maria de Lurdes Pinheiro, visto fazer parte dos órgãos sociais da APPA)-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o GAT In-Mouraria – Colaboração institucional**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Centro Cultural Magalhães Lima – Apoio à Marcha Popular de Alfama**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo do Castelo – Apoio à Marcha Popular do Castelo**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **Protocolo com o Grupo Desportivo da Mouraria – Apoio à Marcha Popular da Mouraria**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Continuando, disse que o total dos 26 protocolos propostos e aprovados pela Assembleia era no valor de 122.480 euros.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta relativa ao ponto 6 da ordem de trabalhos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- **Ponto 7 – Autorizar a celebração de Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades na Praça da Figueira com a A.D.B.P. (Proposta nº 111/2021-2025), nos termos das alíneas h) a j) do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Autorizar a celebração de Protocolo de Promoção e Desenvolvimento de Atividades na Praça da Figueira com a A.D.B.P. (Proposta nº 111/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e PEV) e 1 abstenção (BE).-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: ---

----- *“Este protocolo, apesar de vir hoje à votação à Assembleia de Freguesia, já está em funcionamento desde o dia 26 de janeiro com esta associação. Portanto, acho que o Executivo deveria ter mais atenção a estas datas e a estas coisas. Estar aqui a aprovar um documento que já está em funcionamento é um bocado mau.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que nesse documento estavam a ratificar os efeitos produzidos desde o dia 26 do mês anterior até ao dia 22 de fevereiro,

data em que estavam a reunir. Obviamente que no futuro o Executivo iria melhorar a identificação dos documentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era um protocolo novo, era igual aos anteriores, que dava uma receita significativa à Junta. Não via outra forma prática de ultrapassar essa situação. -----

----- **Ponto 8 – Autorizar a celebração de um Protocolo de Colaboração com a CSC – Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa (Proposta nº 113/2021-2025), nos termos das alíneas h) a j) do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esse protocolo não tinha nenhum encargo financeiro para a Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que esse protocolo já tinha ido à Assembleia e foi retirado na altura. Mantinha as suas dúvidas, inclusive a sua aplicabilidade na Freguesia, e continuava com dúvidas sobre se esse protocolo não estaria a substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde porque todas as modalidades que tinham para os fregueses também havia acesso a elas pelo SNS. Por isso iria abster. ----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Autorizar a celebração de um Protocolo de Colaboração com a CSC – Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa (Proposta nº 113/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 3 abstenções (PCP, PEV e BE). -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha sido lançado o Prémio Literário Baptista Bastos. O regulamento foi aprovado para ir para o Diário da República, o prazo acabava na sexta-feira e porventura, para acelerar a sua validação final, solicitaria uma reunião extraordinária da Assembleia para aprovar o regulamento na sua versão definitiva. Poderia ser ainda antes da reunião de abril. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que caso fosse necessário junto do Município alguma ação de sensibilização por causa das situações relacionadas com o atravessamento da Freguesia e derivadas do plano de drenagem, estavam todos disponíveis para acompanhar naquilo que fosse necessário. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estavam sempre a pressionar a Câmara a um nível por vezes que não diria da irreverência, mas de alguma agressividade contida. Já fazia isso em relação ao anterior Executivo, como explicara ao Senhor Presidente da Câmara, e não era agora que o ia deixar de fazer. -----

----- Havia coisas que eram da competência da Junta, as coisas que não eram dependiam da vontade política de quem as tinha. Nem sempre ganhavam as batalhas em que se metiam. -----

----- Se pudesse fazia um voto de saudação em relação ao plano de habitação apresentado pelo Governo e que ia ao encontro de muitas das preocupações que tinham. Certamente teriam oportunidade de discutir isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que outra coisa não esperavam todos os Membros da Assembleia, que o Senhor Presidente da Junta continuasse com o teor de justiça e com a mesma necessidade de apresentar o ponto de vista da autarquia junto do Município de Lisboa. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que era absolutamente redundante porque o Senhor Presidente sabia ter o canal aberto para acompanhamento da equipa do PGDL ou da mobilidade, podia solicitar à vontade. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que da reunião que tiveram resultou uma alteração para a circulação pedonal, que apesar de tudo ainda não estava bem, mas estava melhor do que era. Já tinha um caderno de encargos para apresentar à Câmara. A

Membro Maria de Lurdes Pinheiro chamou logo à atenção e resultou já numa aceitação concreta de que era preciso reduzir a velocidade na Rua dos Remédios e impedir a entrada dos tuc-tuc. Tivera oportunidade de dizer isso ao Senhor Presidente da Câmara na reunião descentralizada. -----

----- Estava três dias na Rua dos Remédios, mudara para ali o seu gabinete. Tinha ligado à diretora da mobilidade, que mandou logo uma equipa para mostrar onde iam colocar os redutores de velocidade. Iriam pôr seis redutores na Rua dos Remédios, mas não sabia se isso seria satisfatório. Diziam que era a solução mais rápida, mas responderam-lhes que se não fosse completamente satisfatório teriam que ir para a outra solução, de fazer mesmo em pedra. Era preciso uma intervenção urgente e isso ia ser feito.-----

----- Em relação à circulação pedonal tinha pedido mais passadeiras, mais visibilidade. Disseram-lhe que o que estava lá ainda era provisório e era algo que teriam de acompanhar quase diariamente para ver o ponto de situação, sendo certo que todos concordavam em ter mais polícia ali para garantir tranquilidade às pessoas. -----

----- Também tinha pedido a interdição de veículos pesados na Rua dos Remédios, os camiões rebentavam com aquilo tudo. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que aproveitava para reforçar, no âmbito da intervenção feita há pouco, para que junto da ASAE o Senhor Presidente exigisse um ponto de situação. A fiscalização não era perseguição de ninguém, antes pelo contrário, era salvaguarda e proteção. -----

----- Todos sabiam como nessas situações se gerava uma comoção geral. Falava-se no assunto mas o grande desafio era não deixar esses assuntos morrerem. Como foi referido e bem, em nove anos foi a primeira tragédia que aconteceu e era importante que fosse a última. Para que fosse a última era importante que esse assunto não caísse no esquecimento e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não se limitasse a passar informação, exigindo respostas que depois teria a responsabilidade de transmitir aos fregueses que direcionavam as denúncias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram dezanove horas e cinquenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----